

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DO SOYO (PROVÍNCIA DO ZAIRE/ANGOLA)**

**MONTEIRO GUILHERME**

[guilherme.mo33@hotmail.com](mailto:guilherme.mo33@hotmail.com)

Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Brasil)

**MARÍLIA ANDRADE TORALES CAMPOS**

[mariliat.ufpr@gmail.com](mailto:mariliat.ufpr@gmail.com)

Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Brasil)

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a Educação Ambiental e a preservação do patrimônio histórico-cultural no município do Soyo, enfatizando o papel das práticas pedagógicas nesse processo. Através da Educação Ambiental e da valorização do patrimônio, são promovidas experiências educativas que atuam como alicerces para compreender o meio ambiente de forma mais profunda e crítica. Essas práticas permitem recuperar narrativas culturais que se integraram à dinâmica natural e influenciaram gerações passadas, profundamente enraizadas em aspectos históricos e culturais únicos. O estudo concentra-se na atuação de diversos atores, incluindo professores de história do Liceu “Madre Maria de Fátima Martins”, do Mpinda/Soyo. O estudo seguiu uma abordagem metodológica centrada na análise qualitativa, empregando como principais ferramentas a entrevista semiestruturada e a revisão de fontes bibliográficas. O intuito foi aprofundar a compreensão de cada uma das perspectivas apresentadas pelos participantes. Descobriu-se que essas atividades não apenas fomentam a conscientização ambiental, mas também contribuem para a formação científica e cidadã dos estudantes. Os resultados evidenciam que a integração da Educação Ambiental com a valorização do patrimônio histórico-cultural potencializa a conscientização e a preservação ambiental. As práticas pedagógicas contextualizadas são fundamentais para desenvolver um senso de responsabilidade ambiental e patrimonial nos estudantes, com vistas a formação de uma cidadania consciente e ativa em relação ao seu papel na relação entre a sociedade e a natureza.

### **Palavras-chave**

Educação Ambiental, Preservação do Patrimônio, Práticas Pedagógicas.

### **Abstract**

This article aims to analyze the relationship between Environmental Education and the preservation of historical and cultural heritage in the municipality of Soyo, emphasizing the role of pedagogical practices in this process. Through Environmental Education and the appreciation of heritage, educational experiences are promoted that act as foundations for understanding the environment in a deeper and more critical way. These practices allow for the recovery of cultural narratives that have integrated into the natural dynamics and



influenced past generations, deeply rooted in unique historical and cultural aspects. The study focuses on the actions of various actors, including history teachers from the "Madre Maria de Fátima Martins" High School in Mpinda/Soyo. The study followed a methodological approach centered on qualitative analysis, employing semi-structured interviews and bibliographic review as the main tools. The aim was to deepen the understanding of each of the perspectives presented by the participants. It was discovered that these activities not only foster environmental awareness but also contribute to the scientific and civic education of students. The results show that integrating Environmental Education with the appreciation of historical and cultural heritage enhances environmental awareness and preservation. Contextualized pedagogical practices are fundamental to developing a sense of environmental and heritage responsibility in students, with a view to forming a conscious and active citizenry in relation to their role in the relationship between society and nature.

### **Keywords**

Environmental Education, Heritage Preservation, Pedagogical Practices.

### **Como citar este artigo**

Guilherme, Monteiro & Campos, Marília Andrade Torales (2026). A Educação Ambiental e a Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural no Município do Soyo (Província Do Zaire/Angola). *Janus.net, e-journal of international relations* VOL. 17 Nº. 1, DT 2 – Dossiê Temático – Educação Ambiental, democracia e participação social no enfrentamento da crise civilizatória provocada pelas mudanças climáticas globais, Julho 2026, pp. 119-138. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT0526.7>

**Artigo submetido em 5 de janeiro de 2026 e aceite para publicação em 10 de maio de 2026.**





## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL NO MUNICÍPIO DO SOYO (PROVÍNCIA DO ZAIRE/ANGOLA)<sup>1</sup>**

**MONTEIRO GUILHERME**

**MARÍLIA ANDRADE TORALES CAMPOS**

### **Introdução**

Nos últimos tempos, tem sido observada uma crescente atenção dada pela sociedade, imprensa e Administração Pública à preservação do patrimônio cultural angolano. Após mais de 30 anos desde a implementação da chamada Constituição Cidadã (Gungula, 2023), que estabeleceu uma sólida proteção legal sobre o assunto, tanto o poder público quanto a sociedade estão finalmente reconhecendo a importância compartilhada de preservar e valorizar os bens histórico-culturais para assegurar sua transmissão integral para as futuras gerações.

A conservação do patrimônio histórico-cultural, apesar de ser um tema pouco explorado no contexto angolano, vem se tornando cada vez mais relevante para os gestores públicos, especialmente no que se refere às condições de preservação dos monumentos e locais históricos em todo o país. Nesse processo de preservação, é essencial priorizar os bens materiais que podem estar em risco de degradação acentuada, a ponto de não ser possível realizar sua restauração posteriormente.

A educação patrimonial pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, graças à sua natureza interdisciplinar, que inclui a Educação Ambiental. Dessa forma, ela possibilita que os indivíduos compreendam a complexidade do mundo e atuem de forma inovadora e crítica (Loureiro, 2004).

Os museus desempenham papel fundamental como locais de pesquisa e preservação do patrimônio, contribuindo para a construção do saber por parte dos educandos. A conservação do patrimônio histórico-cultural no ambiente escolar precisa ser realizada com o intuito de instigar a reflexão dos alunos sobre a importância de valorizar todo o

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro à pesquisa do primeiro autor. Ao CNPq pelo financiamento da Bolsa Produtividade em Pesquisa da segunda autora. Ao Centro de Educação Ambiental e Preservação do Patrimônio (CEAPP), pelo acolhimento e estrutura de pesquisa oferecida.



patrimônio presente nas diferentes esferas, promovendo, assim, processos de formação da cidadania (Moraes, 2005) voltados a uma necessária transformação social.

O município do Soyo (Província Zaire/Angola), pela sua dimensão e grandeza, abriga alguns monumentos de grande interesse histórico e cultural, tais como o Porto Rico, a Ponta do Padrão, o Porto do Mpinda, a Pedra do Feitiço e o Museu Tradicional do Mpangala. É um patrimônio que exige uma atenção especial, pois, se não forem preservados, esses monumentos históricos e seus locais culturais correm o risco de desaparecimento, o que poderia significar uma grande perda para a identidade histórico-cultural da região.

Com isso, importa compreender como a Educação Ambiental poderia representar um processo de valorização da relação da sociedade com seu meio natural e cultural, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas escolares. Portanto, o presente artigo visa analisar a relação existente entre a Educação Ambiental e a preservação do patrimônio histórico-cultural por meio das práticas pedagógicas que envolvem professores. Mais especificamente, nos referimos ao contexto do Liceu “Madre Maria de Fátima Martins”, do município de Mpinda (Soyo/Angola).

### **Porto do Mpinda: história, cultura e natureza**

O Porto do Mpinda, atualmente, destaca-se como ponto turístico, histórico e religioso localizado no município do Soyo. Nele, encontra-se a primeira igreja católica construída após a chegada dos portugueses em Angola, vinculada à missão católica da mesma instituição. O Porto de Mpinda possui uma história marcante e profundamente ligada à escravatura em Angola, sendo considerado o local inicial desse período trágico, ligado à lógica colonialista europeia naquele momento. Dessa forma, a narrativa histórica de Mpinda pode ser dividida em três principais períodos: Pré-colonial, Colonial e Contemporâneo.

Na época pré-colonial, o Porto de Mpinda foi cenário de uma vivência histórica transmitida oralmente através das gerações, conforme as tradições locais. Antes da chegada dos colonizadores, Mpinda era conhecido como Ndomanuele Man Nguangua, enquanto seu porto era chamado de Ntalani. Nessa fase, a região era habitada por um povo humilde, trabalhador e devotado ao cristianismo. O Porto de Mpinda desempenha um papel central na memória histórica da escravatura em Angola, com sua história perpetuada entre gerações (Massanga, 2022).

De acordo com Massanga (2022), no período pré-colonial, o local era ocupado e cultivado pela população de Ndomanuele Man Nguangua. Antes da chegada dos portugueses, o porto servia como ponto de partida para pescadores e moradores que buscavam madeira e outros materiais para construir suas habitações rudimentares. Além dessas atividades, eram realizadas pesca, agricultura, colheita, caça e outras formas de subsistência que sustentavam a comunidade local.

Destaca-se que, durante a época Pré-colonial, essas regiões não tinham contato com o cristianismo, mas apresentavam uma forte expressão de poder tradicional centrada na



figura do Deus todo-poderoso, conhecido como Nzabi-ya-mpungu. Nesse período, Domanuele Man Nguagua possuía um sacerdote chamado Tató Nak (Idem, 2022).

Já na época Colonial, em 1482, os portugueses chegaram pela primeira vez à Ponta do Padrão, na região de Mpinda. Ao alcançarem o Porto Mpinda, encontraram o local deserto e procuraram saber o nome da área onde haviam desembarcado. De acordo com Massanga (2022), os homens seguiram caminhando por uma curta distância e depararam-se com três mulheres que estavam ocupadas limpando jinguba (amendoim). As senhoras ficaram apavoradas ao verem, pela primeira vez, os homens de pele branca. Diziam entre si: "Olhem os albinos que acabaram de desembarcar." Enquanto isso, os homens que cortavam dendém ouviram os comentários e se aproximaram.

O rei do povo<sup>2</sup> comentou que os estrangeiros pareciam vir com boas intenções, com o objetivo de propagar a palavra de Deus. Isso porque traziam uma cruz nas mãos, símbolo de uma missão divina. Foi através desse gesto simbólico que os portugueses conseguiram ganhar a confiança do rei, que acabou aceitando a proposta apresentada.

**Figura 1.** Porto do Mpinda<sup>3</sup>



Fonte: Arquivo pessoal (2026)

No aspecto religioso, percebe-se que os portugueses sempre demonstraram uma intenção clara de controlar também a esfera espiritual. Tal fato resultou em uma série de tensões entre os sacerdotes do Mpinda e os missionários portugueses. Em certo momento, a população local matou um sacerdote português, o que desencadeou grande controvérsia. Esse evento resultou na chegada de novos missionários portugueses à

<sup>2</sup> O título "rei do povo" é atribuído a um chefe soba, líder tradicional de diferentes grupos étnicos no país, podendo exercer sua autoridade em uma província, município ou até mesmo em uma aldeia.

<sup>3</sup> Antigo Porto do Mpinda que servia de travessia dos escravos transatlântico entre a África, América e a Europa. Desde o fim do tráfico de escravos em Angola, em 1858, e nos países africanos de língua oficial portuguesa, este local nunca mais recebeu a atenção adequada devido à negligência das instituições responsáveis, principalmente no âmbito do Ministério da Cultura. Atualmente, o espaço é utilizado apenas como um ponto de travessia para o contrabando de combustível.



Ponta do Padrão. Esses missionários deslocaram-se por várias localidades, como Ponta do Padrão<sup>4</sup>, Tropa de Guarda Fronteira em Angola (TGFA) e Lunuango, um bairro adjacente do município do Soyo. Em Lunuango, a população afirmou que o local ideal para a construção de uma igreja era Mpinda, considerado um território sagrado e carregado de poder espiritual. Finalmente, em 1937, foi erguida pelos portugueses a Missão<sup>5</sup> do Mpinda com a participação ativa dos moradores locais na sua construção.

### **Patrimônio histórico e cultural**

Em sua acepção mais ampla, derivada do latim "patrimonium", o patrimônio diz respeito ao legado que nos é transmitido pelas gerações passadas e que, por sua vez, procuramos passar às gerações futuras. Embora essa definição continue válida, não é suficiente compreender o patrimônio apenas como os testemunhos materiais do percurso histórico. Todos os elementos tangíveis da cultura criados pelo ser humano possuem uma existência física delimitada a um contexto temporal específico (Peralta, 2003), o que lhe atribui contornos particulares.

O patrimônio não se resume ao que é herdado, mas abrange o que, por meio de uma seleção consciente, um grupo relevante de indivíduos decide preservar e transmitir às próximas gerações. Em outras palavras, há uma escolha cultural embutida na intenção de perpetuar o patrimônio cultural. Isso implica também uma sensação de pertencimento ou posse coletiva por parte de um grupo em relação ao legado que considera partilhado. Essa concepção de patrimônio, associada à ideia de posse subjacente, remete-nos inevitavelmente ao reconhecimento de um valor intrínseco ao que é preservado (Idem, 2003).

No entanto, destaca-se que, nos dias de hoje, há um crescente interesse pela valorização e preservação do patrimônio, demonstrando esforços para destacar tanto bens materiais quanto simbólicos que reflitam elementos de sua história, resistência e evolução em diferentes contextos e significados. Considerando esse despertar de interesses, valeria destacar o que aponta Russi (2011), sobre a compreensão do que é patrimônio, que tal conceito surge quando selecionamos, definimos e escolhemos certos objetos, práticas e manifestações como representantes de uma cultura, desejando que sejam preservados e transmitidos.

A Educação Patrimonial desempenha um papel fundamental no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, indo muito além da simples divulgação desse patrimônio. Não se trata apenas de promover e disseminar os conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação cultural, mas, acima de tudo, de possibilitar a criação de relações genuínas com as comunidades, que são as verdadeiras guardiãs desse patrimônio.

---

<sup>4</sup> Ponta do Padrão é um ponto turístico de grande relevância histórica, marcando o local onde os primeiros portugueses desembarcaram em Angola em 1482. O termo "padrão" remete aos antigos "padrões dos descobrimentos", monumentos de pedra usados pelos navegadores portugueses para assinalar territórios explorados.

<sup>5</sup> Comparado a uma Paróquia da Igreja Católica.



De acordo com Canclini (1989), este conjunto de elementos culturais – históricos, artísticos, arquitetônicos e paisagísticos – que compõem o patrimônio ambiental e mantêm uma forte ligação com as culturas locais está cada vez mais em foco, afastando-se gradualmente da ênfase no progresso. No entanto, a análise realizada aqui não busca culpar exclusivamente a modernização econômica pelo esquecimento dos atributos, aspectos e elementos que caracterizam e delineiam os traços culturais de um local específico. Em vez disso, busca-se interpretar e analisar essa modernização, que por vezes se mostra insatisfatória em relação às necessidades sociais, em diálogo com as tradições mantidas ao longo de diversas gerações humanas.

Ao observar os artesãos, Canclini (2008, p. 353) revela porque eles “continuam a produzir cerâmica e tecidos manuais na sociedade industrial; os artistas usam tecnologias avançadas e ao mesmo tempo olham para o passado no qual buscam certa densidade histórica ou estímulos para imaginar”. No meio de tudo isso, embora o patrimônio una todas as nações, contribua para a memória coletiva e para a identidade dos indivíduos, a desigualdade de sua formação e adoção, segundo o autor, também exige sua investigação como espaço de luta material e simbólica entre classes, nações e grupos.

### **O patrimônio local e a relação com o meio ambiente**

Ao longo das últimas décadas, o conceito de patrimônio tem passado por uma notável transformação, acompanhando as flutuações do próprio entendimento de cultura e sendo fortemente influenciado pela ascensão dos nacionalismos. Hoje, essa noção expandiu-se significativamente, multiplicando os contextos em que é aplicada. Muitas vezes, vai além da ideia inicial de seleção de elementos do passado para preservar no presente e transmitir ao futuro. Abrange de forma quase indiscriminada tanto fenômenos naturais quanto as mais diversas expressões culturais, sejam elas materiais ou intangíveis.

Choay (2014) destaca que a palavra, originalmente, estava relacionada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável e enraizada no tempo e no espaço. Contudo, ao ser moldada por diferentes qualificativos (como genérico, natural, histórico), tornou-se um conceito “nômade”, com um percurso distinto e marcante nos dias de hoje.

A relação entre o patrimônio cultural e o meio ambiente é evidente em muitas comunidades nas quais a história e a cultura local estão profundamente enraizadas na paisagem natural. Em Angola, por exemplo, a legislação prevê a proteção dos bens culturais e do meio ambiente, reconhecendo que ambos são essenciais para a identidade e a continuidade das comunidades. A Educação Ambiental desempenha um papel crucial nessa interseção, ao promover uma consciência maior sobre a importância de proteger o patrimônio cultural e o meio ambiente através da Lei de Base do Ambiente (Lei n.º 5/98) e da Lei do Patrimônio Cultural (Lei n.º 14/05).

De acordo com Choay (2005), o termo “patrimônio”, quando utilizado isoladamente e sem qualificações específicas, adquiriu um poder semântico excessivo, abrangendo diversos significados, desde o linguístico e literário (oral e escrito) até o prático, arquitetônico, urbano e territorial. Essas interpretações podem ser aplicadas em



diferentes escalas, seja local, nacional ou mundial. Neste sentido, o autor destaca que a França foi o primeiro país a introduzir a noção de “patrimônio”, assimilando nela o conceito de “monumento histórico”. A autora explica que, antes da década de 1960, a utilização do termo “patrimônio” na França, com um sentido próximo ao atual, era esporádica e limitada a dois momentos históricos.

Com base no exposto sobre patrimônio cultural e meio ambiente, é possível afirmar que a preservação do patrimônio cultural é um esforço multifacetado que exige a colaboração de diversos setores da sociedade. A Educação Ambiental emerge como uma ferramenta poderosa para promover a conscientização e a valorização do patrimônio cultural, integrando práticas pedagógicas que incentivam a participação ativa de todos os membros da comunidade. A conservação do patrimônio cultural e natural não é apenas uma questão de proteção de artefatos históricos, mas também uma forma de garantir a continuidade e a identidade das culturas locais. Assim, é imperativo que as iniciativas de preservação considerem a sustentabilidade ambiental e envolvam a comunidade de maneira significativa e inclusiva.

### **Educação Ambiental na defesa do patrimônio histórico-cultural**

Autores como Sauvé (1997) e Loureiro (2004) têm demonstrado um crescente interesse em analisar a evolu o teórica e metodológica da Educa o Ambiental, para atribuir novos significados práticos e conceituais a este campo de a es teóricas e práticas. A Educa o Ambiental, após um período inicial de surgimento e estabelecimento, expandiu-se para um amplo espectro teórico, incorporando diferentes interpreta es e fundamentos filosóficos. Essa expansão tem provocado uma verdadeira “disputa de paradigmas”, tensionando e enriquecendo os processos educativos na esfera ambiental (Gaudiano, 1997).

A prática docente da Educa o Ambiental não se d  de forma isolada de diretrizes filosóficas e discussões teórico-metodológicas que buscam compreender a rela o do ser humano com o meio ambiente. Essas diretrizes tornam-se ainda mais complexas quando vinculadas a modelos teóricos que analisam criticamente a realidade e as recomenda es presentes em diversos documentos orientadores do campo da Educa o Ambiental.

Historicamente, a Educa o Ambiental tem sido orientada por diferentes paradigmas que norteiam diretamente sua dimensão prática. Embora a multiplicidade de paradigmas possa ser positiva por fomentar discussões, ela também pode resultar em lacunas na compreensão do tema. Segundo Capra (2006), um paradigma   um conjunto de conceitos, valores e percep es compartilhados por uma comunidade científica, formando uma abordagem específica para compreender a realidade. Carr e Kemmis (1988) complementam, afirmando que um novo paradigma surge quando há a necessidade de desenvolver uma base teórica para explicar aspectos específicos de um problema.

O paradigma comportamentalista foca na modifica o do comportamento humano por meio de práticas educativas que incentivam a es ecológicas corretas. Já o paradigma emancipatório visa a transforma o social e a emancipa o dos indivíduos através da



educação crítica e reflexiva, promovendo uma compreensão mais profunda das relações sociais e ambientais.

A Educação Ambiental, quando aplicada à preservação do patrimônio histórico-cultural, assume um papel fundamental na formação de uma consciência crítica e cidadã. Essa integração busca não apenas a proteção do meio ambiente, mas também a valorização e conservação dos bens culturais e históricos, promovendo uma conexão entre a identidade cultural e o desenvolvimento sustentável.

### **Precedentes legais e documentos relevantes da prevenção do patrimônio histórico-cultural em Angola**

Durante 30 anos, a preservação do patrimônio cultural construído foi inicialmente respaldada pelo Decreto Presidencial n.º 80/76, de 3 de setembro. Esse decreto serviu como um meio de regulamentar o acesso, a fruição e a proteção dos bens culturais, incluindo a salvaguarda de diversos atos normativos de classificação de bens de interesse histórico e arquitetônico.

A Constituição da República de Angola estabelece como uma das responsabilidades primordiais do Estado a promoção do desenvolvimento harmonioso e sustentável em todo o território nacional, protegendo o patrimônio histórico, cultural e artístico nacional (artigo 21º).

Uma parte significativa desses instrumentos jurídicos de classificação de monumentos de caráter histórico e arquitetônico foi elaborada e divulgada no Diário Oficial antes da Independência Nacional. Por essa razão, o Decreto Presidencial 80/76, de 3 de setembro, ganha relevância por ser, se não o primeiro, o mais importante ato legal emitido pelo Governo da Primeira República de Angola nos anos 70.

O Decreto Presidencial n.º 80/76, de 3 de setembro, adequou os regulamentos anteriores de classificação à legislação angolana em vigor após a independência do país. Este decreto considera válidos e integrantes do "patrimônio histórico-cultural do povo angolano" todos os bens que preencham os critérios para classificação ou estejam em processo de classificação (Artigo 1º). O mencionado Decreto Presidencial estabelece de forma taxativa quais bens estão sujeitos à proteção legal.

Dessa forma, são consagrados como monumentos históricos, desde que avaliados pelo órgão competente, "os edifícios, locais de caráter especial, estátuas, pontes, construções de variados tipos". No que diz respeito aos objetos materiais, esse decreto conferiu competência à Direção dos Serviços de Museologia do Ministério da Educação e Cultura (agora Instituto Nacional do Patrimônio Cultural do Ministério da Cultura) para, dentre outras responsabilidades, realizar o inventário, classificação e restauração desses objetos, podendo estabelecer as condições de uso dos edifícios classificados. Dessa maneira, está em conformidade com o estabelecido no artigo 1º do Decreto Presidencial nº 80/76, de 3 de setembro, que determina que a autoridade governamental competente deve inventariar e classificar os objetos considerados de interesse histórico-cultural para o povo angolano.



A Lei do Patrimônio Cultural aprovada pela Lei n.º 14/05, de 7 de outubro, foi publicada em um momento que já havia a disciplina básica sobre os eventuais direitos reais sobre os imóveis classificados. A lei consagra, de fato, as bases da política e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural considerando como de interesse relevante para a compreensão, permanência e construção da identidade cultural angolana.

### **A prática de Educação Ambiental e o patrimônio histórico-cultural**

A ideia de patrimônio tem sido amplamente reconhecida por instituições nacionais e internacionais como um legado pertencente ao mundo. De maneira semelhante, o conceito de patrimônio cultural é descrito como uma “herança da humanidade” (Unesco, 2005). Nesse contexto, tanto o patrimônio natural quanto o cultural são identificados como componentes fundamentais de uma mesma relação que se estabelece entre o ser humano e a natureza, sob uma perspectiva prática. Essa prática é compreendida como uma manifestação das liberdades humanas por meio da ação cotidiana concreta: um ciclo de ação-reflexão-ação. Diante disso, reforça-se constantemente a importância de uma responsabilidade ambiental em relação à preservação do patrimônio mundial (Unesco, 2005).

A conservação do patrimônio cultural se apresenta como um elemento indispensável nos processos vinculados ao modelo atual de desenvolvimento da sociedade capitalista, especialmente no contexto do que se busca como desenvolvimento sustentável. Estudos como os de Ghimire e Pimbert (2000) destacam que as áreas protegidas, embora sejam ambientes naturais por abrigarem ecossistemas em constante transformação, também devem ser analisadas sob uma perspectiva social e cultural, considerando-se como espaços sociais. Segundo os autores, fica evidente a estreita conexão entre seres humanos e natureza, visto que qualquer alteração nos ecossistemas requer o reconhecimento e o entendimento do papel específico exercido pelos seres humanos, que, por sua vez, são igualmente uma das espécies que integram o ecossistema.

Para qualquer intervenção nas áreas de proteção, sejam elas parte do patrimônio natural ou cultural, é indispensável o envolvimento ativo da comunidade para garantir o engajamento de diversos sujeitos e grupos. Nesse contexto, é preciso promover processos que adotem uma perspectiva mais crítica da Educação Ambiental e que promova transformações na realidade, especialmente ao envolver a comunidade local na análise e na compreensão das questões ambientais.

Segundo a Unesco (2005), considerar uma Educação Ambiental com base em valores sociais mais amplos, que reconheça o ser humano como parte indispensável no processo de construção do que se entende por patrimônio natural e cultural, implica em refletir sobre estratégias que promovam autonomia e liberdade humanas dentro da sociedade. Isso envolve abordar o ser humano sob uma perspectiva praxiológica e ontológica, com vista a transformações mais profundas.



## O patrimônio histórico-cultural sob olhar da Educação Ambiental

De acordo com Loureiro (2004), a Educação Ambiental atua a favor da transformação da sociedade, inspirada no fortalecimento dos sujeitos e na prática da cidadania. Esta educação busca dar passos para superar as pressões da sociedade capitalista, e assim compreender a complexidade do mundo em sua totalidade, por meio de uma educação que se baseia nos objetivos da pedagogia crítica e emancipatória.

De acordo com Freire (1976), a educação precisa ser pensada como algo inerente à ação humana, que transforma natureza em cultura, imprimindo-lhe significados e transportando-a para o campo da certeza de estar e participar do mundo, participar da vida (Carvalho, 2000).

Nessa perspectiva, de acordo com Loureiro (2004), a Educação Ambiental atua nas dimensões históricas esquecidas pela educação, envolvendo o fazer educativo, no que concerne ao entendimento da vida e do meio natural, e revelando ou denunciando as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não dialético.

Para Carvalho (2000), a educação é concebida como aquilo que se relaciona com a atividade humana, que transforma o ambiente em cultura, dando-lhe sentido e tornando um lugar que determina a vida e a participação no mundo. Nesse sentido, segundo Loureiro (2004), os estudos ambientais são conduzidos a partir de uma perspectiva histórica, deixando de estudar, para fins de pesquisa, a fim de compreender a vida e o meio ambiente, e de apresentar ou criticar aspectos do mundo.

Sendo assim, é possível considerar que os monumentos históricos fazem parte do patrimônio histórico-cultural e das tradições de diferentes povos, desempenhando um papel importante na preservação, valorização e apresentação de questões relacionadas à história e à memória, que podem ser definidas por meio de lugares, figuras ou pessoas (Pacheco, 2017). Neste sentido, valeria lembrar que para Teixeira *et al.* (2005), a Educação Ambiental e a educação patrimonial se assemelham, uma vez que ambas têm como foco o desenvolvimento cidadão em prol das economias locais através do estímulo ao turismo e à sustentabilidade.

Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural implica na valorização e proteção da cultura material e da memória coletiva, em âmbito local, regional ou nacional. Os elementos e expressões do patrimônio cultural servem como base para a realização de atividades educativas que buscam explorar, por meio de questionamentos, todas as facetas desse patrimônio, enriquecendo conceitos e saberes (Noelli, 2004). E, é justamente na imbricação entre a Educação Ambiental e a Educação Patrimonial que se buscou os elementos necessários para a reflexão que hora propomos, considerando as características e a história de Angola, um país marcado por um longo período colonial.

## Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem metodológica baseada na análise qualitativa, utilizando como principais instrumentos a entrevista semiestruturada e consultas a fontes bibliográficas, com o objetivo de examinar detalhadamente cada perspectiva dos



participantes. As opiniões coletadas para a pesquisa foram obtidas na escola Liceu “Madre Maria de Fátima Martins”, situada no município do Soyo. Durante esta fase, foram envolvidos professores de história, diretamente encarregados de implementar práticas pedagógicas que promovam a preservação do patrimônio histórico-cultural da região, com especial atenção ao Porto do Mpinda.

Por meio de uma abordagem qualitativa e com base em fontes bibliográficas e entrevista semiestruturada a pesquisa reúne nas considerações finais as principais descobertas e reflexões em torno dessa interseção, proporcionando uma visão abrangente que conecta os conceitos examinados ao longo do estudo. Serão enfatizadas as implicações práticas e teóricas das conclusões, demonstrando de que maneira a integração dessas áreas pode favorecer tanto a preservação ambiental quanto a do patrimônio cultural. O questionário foi aplicado aos professores, permitindo-nos obter dados detalhados sobre suas práticas e percepções.

A análise dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, conforme descrito por Bardin (2011). Após a coleta das perguntas das entrevistas semi-estruturadas, os dados foram organizados e categorizados para identificar padrões e temas recorrentes. Essa análise de opiniões permitiu-nos compreender as práticas pedagógicas e as percepções dos professores sobre a integração da Educação Ambiental com a preservação do patrimônio histórico-cultural. A identificação dos professores inqueridos será apresentada por P1 e P2.

### **Depoimento dos professores do Liceu “Madre Maria Martins” do Mpinda sobre a preservação do monumento histórico-cultural do Porto do Mpinda/Soyo**

Para analisar a realidade vivenciada no Porto do Mpinda no que diz respeito à sua conservação e à prática de Educação Ambiental, vinculadas aos objetivos deste estudo, investigamos as experiências dos professores do Colégio Madre Maria de Fátima Martins. O objetivo é analisar as práticas pedagógicas dos professores relacionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural e sua conexão com a Educação Ambiental, considerando as práticas educativas inseridas nesse contexto. A abordagem está pautada na identificação dos principais desafios enfrentados na formação e valorização docente, na proposição de ações estratégicas voltadas para a adaptação das práticas de Educação Ambiental e na reflexão sobre o processo de implementação dessas práticas pedagógicas nas escolas públicas do município do Soyo. Todo esse estudo é embasado nos sentidos e significados atribuídos e produzidos pelos próprios professores dessas instituições.

Entre os dois professores entrevistados, suas opiniões mostraram-se divergentes na seguinte abordagem: A análise realizada pelos professores aponta como principais desafios na formação docente, no que diz respeito à preservação ambiental e à Educação Ambiental no município do Soyo, a carência de formação específica nessa área, a limitada oferta de programas de capacitação, a insuficiência de materiais didáticos, a desvalorização da profissão docente e a inexistência de políticas educacionais sólidas e direcionadas para esse propósito.



Quanto a prática pedagógica ou de ações sobre a preservação do meio ambiente e especificamente os sítios e monumentos histórico – culturais, como é caso do porto do Pinda, os professores 1 e 2 apontam a falta de formação específica de professores como um dos principais desafios na Educação Ambiental e preservação do meio ambiente no que a Preservação do Patrimônio e monumentos histórico-culturais.

*O Porto do Mpinda<sup>6</sup> é um local histórico, é um local onde aconteceram os primeiros batismos dos cristãos católicos na região norte do nosso país, mas, neste momento, o porto do Mpinda não é um lugar muito explorado porque, como vemos, não encontramos lá vestígios de quase nada, encontramos um círculo lá que mostra com desenhos que ilustram os primeiros seres que foram lá batizados e, fora disso, já não há mais nada, pelo menos a última vez que lá estive não encontrei nada de relevância. Seria bom se fossem mais lá pessoas a visitar para ver se melhoram o estado do local em questão, porque é um local histórico e que não deveria estar nas condições em que se encontra, mas, a grande questão não é conhecer a história, mas sim ter conhecimento, formação sobre a conservação do meio ambiente e ao mesmo tempo ter domínio de assuntos ligados a Educação Ambiental para trazer a conservação deste lugar (P1).*

*Não tem havido práticas com os alunos por falta de condições para o efeito, porém, nós professores também carecemos de materiais para a realização de práticas sustentáveis para melhor preservar o espaço, ainda mais por falta de segurança no local, não temos como levar os alunos, acho que primeiro temos que velar pela segurança dos alunos antes de fazer qualquer atividade educativa no local (P2).*

A análise das declarações dos professores entrevistados revela uma forte propensão à formalização da Educação Ambiental, juntamente com a indicação da necessidade de ações informativas e conscientizadoras. Tal abordagem enfatiza a dimensão educativa tradicional já perceptível no conceito de Educação Ambiental adotado pelos docentes. Além disso, destaca-se a importância de valorizar iniciativas práticas e comunitárias, considerando que os monumentos e sítios estudados estão inseridos nas comunidades locais. Essa proximidade entre teoria e prática favorece um maior envolvimento comunitário e reforça a concepção da Educação Ambiental como um processo social, coletivo e participativo.

Entretanto, a aplicação da Educação Ambiental no ensino formal enfrenta inúmeros obstáculos. Carvalho (2005) reflete sobre o desafio de integrar a EA dentro da estrutura escolar, dado o seu caráter transversal. Ele aponta que, por ser transversal em diversos aspectos, a EA pode parecer estar presente em todas as áreas do currículo, mas ao mesmo tempo carece de um espaço específico e delimitado.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida pelos Professores 1 e 2 (P1 e P2), agosto de 2025.



Para superar as dificuldades relacionadas à transversalidade, Cuba (2010) defende que a Educação Ambiental seja tratada como uma disciplina específica na escola, sem perder seu caráter interdisciplinar. Santos (2021) também compartilha dessa perspectiva ao sugerir que a inclusão de uma disciplina voltada para os problemas ambientais nos currículos escolares poderia incentivar mudanças significativas no comportamento dos estudantes, transformando-os em verdadeiros defensores do meio ambiente, promovendo atitudes ecologicamente equilibradas e saudáveis.

Quanto à preservação deste lugar histórico e concernente às práticas ambientais:

O fundamento legal e teórico que conecta a preservação de patrimônios históricos às práticas ambientais está alicerçado na ideia de meio ambiente cultural. Tanto a legislação quanto a doutrina apontam para a integração do patrimônio histórico como um elemento essencial à qualidade de vida e à construção da identidade coletiva da sociedade.

*Desde que estou nessa escola nunca ouve práticas de conservação ambiental, podemos até visitar os locais históricos, sendo eu professora de história e mesmo o porto do Pinda que fica próximo da nossa escola, mas, de visita e descrever a história de como chegaram aqui neste lugar os portugueses não passa. Portanto no meu ponto de vista deveria existir mias aproximação entre as entidades e os docentes para juntos encontrarmos soluções para este grande problema (P1).*

Na fala da P1, observa-se que, em certo momento, não há menção a visões ou a diferentes formas de conservação do espaço, o que remete ao período em que a docência era percebida como uma atividade guiada por princípios de criatividade, sendo compreendida como um ato de fé, ou em que o professor era associado à afetividade. Contudo, é fundamental que os professores conectem a prática social dos alunos ao conteúdo escolar, promovendo uma aquisição do conhecimento que seja tanto crítica quanto reflexiva. Nesse contexto, para o P2 fala em degradação dos espaços:

*Quanto à sua preservação, o P2 considerou que o mesmo deixa muito a desejar, tanto aos agentes governamentais do município, tanto os locais como é caso dos professores. Tem havido algumas excursões por parte de alguns professores de algumas escolas, como a escola privada Ensansi, Pitruca, administrada por gestores cubanos e portugueses, e também a escola missionária da Paróquia Coração Imaculada de Maria São Francisco de Assis do Kikudo-Soyo. Por fim, tem havido missas realizadas pela missão Católica do Mpinda em honra aos primeiros batizados, mas ainda assim deixo aqui um alerta no sentido de continuarmos a fazer do espaço uma mola que impulsiona a atividade acadêmica, olhando a nossa criatividade, esforço e a prática pedagógica.*

O entrevistado destaca a relevância da sensibilidade, entendida como essencial para que o educador perceba toda a complexidade envolvida no processo de ensino. A sensibilidade é, em si, uma forma de conhecimento: uma experiência reflexiva e



constante (Pimenta, 2002). No entanto, é o P2 quem primeira chama a atenção para a criatividade no ato de conhecer os sítios e monumentos históricos da cidade, bem como na prática e conservação do meio ambiente, ressaltando sua finalidade e sentido pedagógico:

E sobre a importância, o P2 destaca ainda que estão formando estudantes que, futuramente, serão os professores e estes devem prestar maior dedicação e dar maior importância nos monumentos e sítios históricos para juntar a preservação do meio ambiente. Também alerta para o distanciamento existente entre a preservação do meio ambiente e a educação básica. É essencial que os alunos reconheçam que o conhecimento adquirido no ensino é científico, mas é igualmente fundamental que os professores percebam que cada aluno é único. Nesse contexto, essas diferenças podem, por vezes, refletir nas relações de poder ou na própria forma de ser. Destaca-se aqui alguns sinais evidenciados:

*O lastimável mesmo são os sinais de abandono e também a não existência de um sinal ou símbolo que demonstre que deste lugar houve um Porto que representou a escravidão nos séculos passados. Não existem objetos que identifiquem que esse lugar foi usado para levar africanos congueses para o outro lado do Atlântico, o que deixa a desejar, porque quando o pessoal chega no local, a primeira pergunta que faz: O porto é esse? Por isso, deve-se fazer alguma coisa que dignifique esse pedaço da nossa história, porque o porto do Mpinda faz parte do patrimônio cultural da humanidade do antigo reino do Congo (P2).*

De fato, o porto pode servir como fonte de rendimentos através das políticas de fomento do turismo do governo angolano, como forma de gerar empregos e desenvolvimento da região. Quanto à Educação Ambiental, os professores não aproveitam este espaço para suas práticas por desconhecimento do assunto, o que o torna cada vez mais desagradável.

A educação patrimonial, quando integrada ao currículo escolar, assume um papel essencial na construção do conhecimento e na formação de valores sociais indispensáveis para o desenvolvimento moral e intelectual dos estudantes. Além disso, contribui para a preservação dos costumes e da identidade cultural de uma comunidade, assegurando que esses valores sejam passados às futuras gerações. Segundo Scifoni (2017), essa abordagem educacional não só amplia o entendimento dos alunos sobre o patrimônio cultural, mas também intensifica a consciência sobre a relevância de proteger e conservar esses itens e práticas.

As concepções contemporâneas acerca da Educação Ambiental e Patrimonial, abordadas por Silveira e Oliveira (2020), Santos (2021), Costa e Almeida (2022), Pereira (2023) e Martins (2024), enfatizam a importância de integrar essas áreas como um caminho indispensável para a formação de cidadãos críticos e conscientes, comprometidos com a promoção da sustentabilidade de forma abrangente. Nesse contexto, práticas interdisciplinares e o uso de tecnologias inovadoras tornam-se fundamentais para atingir



esses propósitos, garantindo uma educação que seja simultaneamente relevante e capaz de gerar transformações significativas.

**Figura 2.** Liceu “Madre Maria de Fatima Martins” Mpinda/Soyo



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

O Liceu Madre Maria Martins “Mpinda/Soyo” é uma instituição ligada à Igreja Católica, localizada no município do Soyo. Com o objetivo de proporcionar uma formação abrangente a seus alunos, especialmente em Ciências Humanas, torna-se essencial incentivar o conhecimento sobre o patrimônio da humanidade e a sua preservação. Nesse sentido, é fundamental que os professores desta instituição, enquanto profissionais da educação, colaborem com os alunos para promover um intercâmbio sólido entre o entendimento do patrimônio cultural e a sua conservação, com especial destaque para as práticas de Educação Ambiental.

## **Resultados e Discussão**

Com base nos documentos analisados e nos depoimentos dos dois professores, verificou-se uma preocupação evidente em abordar as questões ambientais, especialmente no que se refere à conservação do patrimônio histórico-cultural e à proteção ambiental. No caso específico dos patrimônios, percebe-se uma atenção maior por parte de todos, especialmente dos professores, em enfrentar os desafios relacionados ao impacto ambiental. De fato, a conservação desses espaços e a prática de ações ambientais têm se destacado como uma das maiores preocupações contemporâneas, considerando que a degradação dessas áreas tem se intensificado significativamente em paralelo ao aumento da população urbana.

As sugestões foram direcionadas para fortalecer a conscientização e a valorização do patrimônio histórico-cultural entre os professores, promovendo uma educação íntegra em aspectos ambientais e culturais. Dentre elas, destacam-se o fortalecimento da



criatividade por parte dos professores, o aumento das práticas com os alunos, a conservação do meio ambiente e a continuação da manutenção dos locais e sítios históricos.

Essa metodologia foi fundamental para alcançar os objetivos do estudo, proporcionando uma compreensão profunda das práticas no contexto do município do Soyo e da escola em particular. A abordagem qualitativa e a entrevista semiestruturada de quatro perguntas aplicadas permitiu-nos explorar a complexidade das relações entre Educação Ambiental e preservação do patrimônio histórico-cultural, destacando a importância da intervenção educacional contínua para promover a conscientização e a responsabilidade na preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural.

A legislação angolana sobre a proteção do patrimônio (Lei n.º 14/05), cujo objetivo é a proteção, conservação e valorização dos bens culturais do país, trouxe uma grande alavanca para a continuação da conservação e proteção dos mesmos.

Com isso, torna-se essencial refletir sobre a contribuição da Educação Ambiental no processo de conservação e proteção dos bens culturais e do patrimônio. De um lado, há a necessidade de expandir a conscientização da população sobre o problema; de outro, é fundamental desenvolver alternativas para promover esse conhecimento. Isso exige considerar diferentes níveis de responsabilidade entre os professores, dado que a formação de crianças e jovens desempenha um papel crucial nas transformações sociais e na construção de novas perspectivas para o futuro, abrangendo também a sensibilização da sociedade em geral.

### **Considerações finais**

Neste artigo, investigamos a relação entre a Educação Ambiental e a preservação do patrimônio histórico-cultural no município do Soyo, particularmente o Porto do Mpinda, utilizando uma abordagem qualitativa para entender como as práticas pedagógicas podem fomentar a conscientização ambiental e a valorização do patrimônio cultural. A pesquisa revelou que a integração de práticas educativas focadas na Educação Ambiental e na valorização do patrimônio histórico-cultural revela uma significativa preocupação com as questões da preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

Não obstante do interesse demonstrado pelos professores em preservar o meio ambiente e o patrimônio, destaca-se também a importância da Educação Ambiental na promoção de experiências educativas que atuem como alicerce para a preservação do meio ambiente. Essas práticas permitem recuperar narrativas históricas e culturais integradas à dinâmica natural, influenciando gerações passadas e enraizadas em aspectos históricos e culturais únicos. Observou-se que a Educação Ambiental, quando combinada com a valorização do patrimônio cultural, não apenas promove a conscientização ambiental, mas também contribui significativamente para a formação científica e cidadã.

É crucial implementar ações que promovam o desenvolvimento do pensamento crítico nos professores e nos estudantes, despertando seu interesse em aprender sobre o meio ambiente e atuar ativamente em sua preservação. É necessário transformá-los em agentes participativos, engajados em diferentes atividades e colaborando para a criação



de comunidades com ambientes mais saudáveis. Essa estratégia tem o potencial de fortalecer o comprometimento dos estudantes com a conservação ambiental e incentivá-los a desempenhar um papel ativo na aplicação de práticas sustentáveis em suas comunidades.

## Referências

Almeida Júnior, Jair (2017). *BR 1500: o caminho da transformação do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 571 pp. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-29062017-104457/publico/2017\\_JairDeAlmeidaJunior\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-29062017-104457/publico/2017_JairDeAlmeidaJunior_VCorr.pdf). [Acesso em: 12 ago. 2025].

Capra, Fritjof; Stone, Michael; Barlow, Zenobia (2006). *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix.

Carvalho, Luiz Marcelo de (2000). *Educação Ambiental e formação de professores*. Coordenadoria Geral de Educação Ambiental – COEA/MEC, Brasília.

Choay, Françoise (2005). *Patrimônio e mundialização*. Évora: Licorne.

Choay, Françoise (2014). *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2ª ed.

García Canclini, Néstor (2008). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Ghimire, Krishna; Pimbert, Michael (2000). Social change and conservation: an overview of issues and concepts. In: Ghimire, Krishna; Pimbert, Michael (ed). *Social change and conservation*. London: Earthscan Publications.

González Gaudiano, E. (1997). *Educación ambiental: história y conceptos a veinte años de Tbilisi*. México: Sistemas Técnicos de Edición.

Gunguma, Eurico Wongo (2023). *Pertinência da preservação do patrimônio público angolano como necessidade coletiva*. Sapientiae: Ciências Sociais, Humanas e Engenharias, v. 8, n. 2, p. 185-187. DOI: <https://doi.org/10.37293/sapientiae82.01>. [Acesso em: 12 out. 2025].

Jacobi, Pedro (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 1, n. 118, p. 189-205, set.. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. [Acesso em: 13 out. 2025].

Jacobi, Pedro (2005). Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200007>. [Acesso em: 24 set. 2025].

Leff, Enrique (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes.



Loureiro, Carlos Frederico (2004). Educação ambiental transformadora. *In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Massanga, Joaquim Paka (2023). *Patrimônio cultural, memórias e identidades em disputas: a ponta de Padrão e o Porto do Mpinda (Soyo/Zaire) – (in)visibilidades, sentidos e significados historiográficos em Angola, 1975-2015*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 540 pp. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235520> [Acesso em: 23 set. 2025].

Minayo, Maria Cecília (2002). *Pesquisa social: teoria e método*. Petrópolis: Editora Vozes.

Moraes, Allana Pessanha de (2005). Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. *Ensino de História e Patrimônio*, v. 1, p. 1-15. Disponível em:

<https://ensinodehistoriaepatrimonio.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/07/educac3a7c3a3o-patrimonial-nas-escolas-aprendendo-a-resgatar-o-patrimc3b4nio-cultural-e28093-allana-pessanha-de-moraes.pdf> [Acesso em: 18 jan. 2025].

Noelli, Francisco Silva (2004). Educação patrimonial: relatos e experiências. *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 89, p. 1413-1414, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400017>. [Acesso em: 24 ago. 2025].

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (2005). *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO.

Pacheco, Ricardo de Aguiar (2017). *Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente*. Jundiá: Paco.

Peralta, E. (2003) O Mar Por Tradição: Patrimônio e a Construção das Imagens do Turismo. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200005>. [Acesso em: 24 set. 2025].

Russi, Adriana; Bezerra, Juliana; Pardal, Maria Vittora; Alencar, Valéria Peixoto (2011). Patrimônio cultural: diálogos entre a arte e a educação. *In: XXI Congresso Nacional da Federação de Arte Educadores do Brasil*, São Luís, MA. Anais [...]. São Luís, MA: ConFAEB.

Santos, F. (2021) *Patrimônio cultural e educação: desafios e possibilidades*. Rio de Janeiro: Editora Cultural.

Sauvé, Lucie (1997). Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, v. 10, p. 01-18, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://www.antropologiasocial.com.br/educacao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-uma-analise-complexa/>. [Acesso em: 22 set. 2025].

Scifoni, M. (2017). *Educação Ambiental Patrimonial: abordagens e desafios*. Editora Ambiente e Cultura.



---

Smith, Robin (2009). *Lógica*. In: BARNES, Jonathan. (Org.). *Aristóteles*. São Paulo: Ideias & Letras.

Teixeira, Simone; Vieira, Silviane de Souza; Moraes, Allana Pessanha de (2005). A gente também: educação patrimonial e cidadania. Em *Extensão*, v. 5, n. 23, p. 73-83. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20341/10821>. [Acesso em: 13 ago. 2025].